

O Brasil e a Crise no Haiti

André Tenório Mourão
27/05/04

Após aprovação da Câmara e do Senado, foi confirmada a participação brasileira na força de paz que será enviada ao Haiti ao longo dos próximos meses. Desde o início do ano, o país caribenho passa por grave turbulência política, que, no seu ápice, envolveu forte levante armado e conturbada mudança de governo. Sem entrar em considerações mais profundas sobre as causas e os efeitos da crise, a iniciativa inédita do governo brasileiro em contribuir com um contingente de até 1.200 homens e de liderar a missão é fato que merece reflexão cuidadosa: quais são as motivações brasileiras? Além disso, considerando que essas motivações sejam bastante explícitas – e as declarações do governo têm apontado que elas, de fato, são – quão justificadas são essas ambições? Observar a atitude brasileira dentro do contexto mais abrangente de sua política externa contemporânea parece ser uma abordagem interessante, no entanto, a possibilidade de erro de cálculo do governo brasileiro não deve ser descartada.

O Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorin, e o Ministro de Defesa, José Viegas, justificaram a atitude brasileira como de caráter humanitário. No entanto, o governo não esconde suas intenções de ganhar maior prestígio internacional e visibilidade nas Nações Unidas (ONU). O próprio Celso Amorin declarou que a iniciativa brasileira busca uma “maior autoridade” dentro da organização. Esse elemento ajusta-se de modo bastante natural com aspirações brasileiras por um assento permanente no Conselho de Segurança. Não obstante, essa posição privilegiada dentro da ONU não deve ser entendida como o fim último do governo brasileiro ou de qualquer outro país que tenha aspirações semelhantes: uma das principais orientações da política externa brasileira contemporânea é estabelecer-se como líder regional. Esse modo de pensar fica evidente ao se observar, por exemplo, a intransigência do governo nas negociações da ALCA, o papel ativo que o país teve na crise da Venezuela, assim como sua atitude nas últimas rodadas de negociação da Organização Mundial do Comércio.

Dessa perspectiva, os vários questionamentos sobre a validade dos esforços brasileiros para obter um assento permanente no Conselho podem ser compreendidos com mais exatidão. Muitos argumentam que o governo está sendo insensato e irrealista ao almejar o mesmo patamar das grandes potências militares e econômicas do mundo. Os custos das ações brasileiras, dentre eles cerca de 150 milhões de reais que devem ser destinados à missão de paz no Haiti, seriam muito elevados para um país da dimensão econômica do Brasil, principalmente se empregados em infrutífera busca por posição de prestígio na ONU. No entanto, as ações brasileiras podem ser justificadas por sua aspiração maior: a liderança regional. Independentemente de um assento permanente ser possível ou não, os esforços para obtê-lo, assim como as outras ações expansivas do governo brasileiro são ações coerentes com sua política externa. Contudo, avaliar se essa política externa é a mais adequada para o Brasil é uma questão completamente distinta.

Se for tomado como elemento de análise o envio da força de paz para o Haiti, é possível dizer que o governo talvez tenha subestimado os custos envolvidos. Em primeiro lugar, as tropas brasileiras desembarcarão em um país extremamente pobre que, atualmente, enfrenta sérios problemas com enchentes: os mortos já chegam à casa dos oitocentos. Segundo, é importante lembrar também que a situação política do país ainda não é estável, devido a conflitos entre partidários do ex-presidente Aristide e a oposição. Existe ainda um terceiro fator de grande relevância: o enviado especial da ONU ao Haiti, Reginald Dumas, afirmou que as últimas 10 missões de paz ao Haiti fracassaram devido à ausência de um compromisso continuado e que seria necessário um esforço de pelo menos 20 anos para resolver as questões mais graves no Haiti. Um questionamento decorre dessa informação: o Brasil está em condições de comprometer-

se e esforçar-se de maneira sustentável? Futuramente, quando comparada aos seus benefícios, a liderança brasileira no Haiti pode revelar-se um mau negócio.

Sintetizando, o envio de tropas para o Haiti e a aspiração por um assento permanente no Conselho de Segurança são atitudes consistentes com a política externa brasileira de liderança regional. Entretanto, a história brasileira mostra que a política externa pode ser definida pelas idiossincrasias dos chefes de Estado, como em 1926, quando a inflexibilidade de Arthur Bernardes e sua obsessão por um assento permanente no Conselho da Liga das Nações levaram à retirada do Brasil da Organização, apesar da discordância do corpo diplomático. Por este motivo, é necessário ter em conta a possibilidade de um erro de percepção e cálculo do governo brasileiro. As ações brasileiras podem traduzir-se em benefícios imediatos, como aumento de poder de barganha nas negociações internacionais e melhor relacionamento com os Estados Unidos e a França, mas as consequências de longo prazo são difíceis de mensurar.